

# O governo João Goulart, as reformas de base e o golpe de 1964

*Alexandre Amorim*

Graduação em História pela Universidade Federal Rural de  
Pernambuco (UFRPE)

## Resumo

O artigo apresenta os acontecimentos políticos e econômicos que permearam o governo João Goulart na Presidência do Brasil (1961-1964), indo da sua posse à sua queda mediante um golpe de Estado civil-militar. Durante sua administração, vivenciou forte turbulência institucional, ameaçado principalmente pelas Forças Armadas, apoiada pela alta burguesia nacional e setores conservadores da população. Em sua gestão, as reformas de base, que constituíam um pacote de reformas de caráter social-reformista, sobretudo a agrária, incomodavam os interesses econômicos. Essas reformas também constituíam a fiscal, eleitoral, educacional, urbana, bancária e a taxação de remessa de lucros ao exterior. Naquele contexto, os setores à direita no Brasil iniciaram uma campanha de desgaste institucional do Executivo Federal que culminou com o Golpe Civil-Militar de 1964. Assim, instituiu-se uma ditadura que governaria o Brasil pelos próximos 21 anos, sob uma ótica conservadora, pró-latifúndio, e antissindical. Utilizou-se a metodologia de análise econômica e política. Consistirá em análises de fontes documentais e de periódicos culminando em uma revisão bibliográfica. Utilizou-se também do método qualitativo, interpretando os processos históricos do tema retratado.

**Palavras-chave** João Goulart - reformas de base - golpe de 1964.

## Submissão

10/04/2023

## Aprovação

29/09/2023

## Publicação

09/05/2024

## The João Goulart Government, the Basic Reforms and 1964 Coup d'État

### Abstract

The article presents the political and economic events that permeated the João Goulart government as President of Brazil (1961-1964), from his inauguration to his downfall through a civil-military coup d'état. During his administration, he experienced strong institutional turmoil, threatened mainly by the Armed Forces, supported by the national high bourgeoisie and conservative sectors of the population. During his administration, the basic reforms, which constituted a package of social-reformist reforms, especially the agrarian reform, disturbed economic interests. These reforms also included fiscal, electoral, educational, urban and banking reforms, as well as taxing the remittance of profits abroad. In that context, the right-wing sectors in Brazil started a campaign of institutional erosion of the Federal Executive that culminated in the Civil-Military Coup of 1964. Thus, a dictatorship was established that would rule Brazil for the next 21 years, from a conservative, pro-landowner and anti-union perspective. The methodology used was economic and political analysis. It will consist of analyzes of documental sources and periodicals, culminating in a bibliographic review. A qualitative method was also used, interpreting the historical processes of the subject.

**Keywords** João Goulart - Basic Reforms - Coupe d'État of 1964.

## El gobierno de João Goulart, las reformas de base y el golpe de 1964

### Resumen

El artículo presenta los acontecimientos políticos y económicos que impregnaron la gestión de João Goulart como Presidente de Brasil (1961-1964), desde su toma de posesión hasta su caída mediante un golpe de Estado cívico-militar. Durante su gobierno, experimentó fuertes turbulencias institucionales, amenazado principalmente por las Fuerzas Armadas, apoyadas por la alta burguesía nacional y sectores conservadores de la población. Durante su mandato, las reformas de base, que constituían un paquete de reformas social-reformistas, especialmente la reforma agraria, perturbaron los intereses económicos. Estas reformas también incluían reformas fiscales, electorales, educativas, urbanísticas y bancarias, así como la imposición de impuestos a las remesas de beneficios al extranjero. En ese contexto, los sectores de derecha en Brasil iniciaron una campaña de erosión institucional del Ejecutivo Federal que culminó con el Golpe Cívico-Militar de 1964. Así, se instauró una dictadura que gobernaría Brasil durante los siguientes 21 años, desde una perspectiva conservadora, pro-terrateniente y antisindical. La metodología utilizada fue el análisis económico y político. Consistirá en el análisis de fuentes documentales y publicaciones periódicas, culminando con una revisión bibliográfica. También se utilizó un método cualitativo, interpretando los procesos históricos del tema.

**Palabras clave** João Goulart - reformas de base - golpe de estado de 1964.

## Introdução

**E**ste artigo é o resultado do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC que aborda os acontecimentos históricos do Governo João Goulart na Presidência do Brasil (1961-1964),<sup>1</sup> seu projeto de governo, edificado nas reformas de base que levaram ao Golpe Civil-Militar de 1964.<sup>2</sup> Estes elementos centrais se encadeiam como resposta de um ao outro. Este trabalho empreende uma revisão da bibliografia especializada. Trata-se de obras como A Conquista do Estado, de René Armand Dreifuss, De Getúlio a Castelo, de Thomas Skidmore, O Governo Goulart e o Golpe de 1964, de Caio Navarro de Toledo, Cidadania no Brasil, de José Murilo de Carvalho, O Governo João Goulart, de Luiz Alberto Moniz Bandeira, O Projeto de Nação de João Goulart, Tese de Doutorado de Cássio Silva Moreira, Brasil Nunca Mais, da Arquidiocese de São Paulo, A História das Ligas Camponesas, de Zito da Galileia, O Brasil Contemporâneo, de Sandra Jatahy Pesavento o artigo científico intitulado João Goulart e as Reformas de Base de Aline de Vasconcelos Silva. Constituiu-se, a partir da revisão, um olhar sobre o Governo João Goulart, por meio de uma ordem cronológica, explicitando os principais atores políticos do período, suas ações e toda a dinâmica histórica decorrida nesses embates. Neste processo, a metodologia utilizada foi a de análise econômica e política. Consistirá em análises de fontes documentais e de periódicos, culminando em uma revisão bibliográfica. Utiliza-se o método qualitativo, interpretando os processos históricos do tema retratado.

O aporte teórico baseia-se no materialismo histórico, sob influência da linha marxista. Nesta ótica, as relações sociais são o elemento preponderante da ação histórica. Os meios de produção são a base da transformação, ação e reprodução da ordem social. O Manifesto do Partido Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels imprime este princípio.<sup>3</sup> A luta de classes é um fenômeno extremamente nítido neste conteúdo e, sob este enfoque, as relações conflituosas entre capital e trabalho servem de lastro ao trabalho desenvolvido. O marxismo aponta que a história da humanidade é movida pela luta de classes, a qual é expressão de um atrito de interesses entre blocos opostos. Este choque favorece o desenvolvimento da classe proletária, que aprende a se organizar em bases mais sólidas. O Estado de exceção é resultado de todo este processo,

1 João Belchior Marques Goulart (São Borja, 1 de março de 1919 – Mercedes, 6 de dezembro de 1976) foi um político brasileiro, notado por ser o 24º Presidente da República do Brasil, de 1961 a 1964.

2 As reformas de base foram um pacote de reformas estruturais de caráter social-modernizante, como a agrária, urbana, educacional, tributária, eleitoral, cambial, administrativa e bancária.

3 ENGELS, F.; MARX, K. *O Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

permeado em bases detalhadas ao longo do período retratado. A história vista por baixo, pelas classes proletárias, enriquecem a análise e os anseios das classes populares durante a Era Goulart.

Esta pesquisa tem como objetivo estabelecer uma relação entre as reformas de base e o Golpe Civil-Militar de 1964; mostrar que não havia o risco do comunismo no Brasil; que o projeto de Goulart era nacional-reformista, tendo por matriz o capitalismo e as reformas de bases; e analisar como as reformas atingiam os interesses das classes proprietárias. O aporte teórico utilizado na perspectiva marxista é trabalhado no sentido de entender a luta de classes travada por setores dominantes e segmentos distintos, que se encontram à margem da sociedade. “A história de toda sociedade até hoje é a história de luta de classes”.<sup>4</sup> Ou ainda, nessa senda: “Em geral, as colisões da velha sociedade favorecem de diversas maneiras o desenvolvimento do proletariado. A burguesia vive em luta contínua”.<sup>5</sup>

Entende-se que os conflitos que ensejaram a crise política que antecedeu o golpe militar se deram, na verdade, pelo choque de dois modelos de desenvolvimento, dois projetos de nação. De um lado, um projeto conservador-burguês e do outro, um projeto popular que buscava atender aos anseios da classe trabalhadora e dos excluídos como se via no discurso da reforma de base, propagado por Goulart, acirrando os ânimos. A natureza do conflito entre a classe proprietária e segmentos populares era, portanto, a base da luta de classes do período. Nesta janela temporal, a posse de João Goulart como presidente do Brasil até a sua queda, que se efetiva mediante um golpe de Estado em 1964, que no nosso entender, obedece a esta ótica.

Nesse viés, este trabalho tem a intenção de suscitar o debate público sobre o tema, aprofundando o conhecimento sobre os anos que antecederam 1964 e desconstruindo a narrativa de que o golpe civil-militar ocorreu para combater o comunismo, tirando o país de uma iminente comunização.

### **O governo Goulart: sob o signo do golpe**

O governo João Goulart na Presidência da República do Brasil iniciou-se e terminou sob o signo do golpe de Estado.<sup>6</sup> Naquele contexto, o então presidente do Brasil era Jânio Quadros do Partido Trabalhista Nacional (PTN) que renunciou em 25 de agosto de 1961 de modo controverso e pouco compreendido pela historiografia até a

4 ENGELS, F.; MARX, K. *O Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 33.

5 ENGELS, F.; MARX, K. *O Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 51.

6 TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

atualidade. Como João Goulart era o vice-presidente, institucionalmente era seu direito assumir a presidência. Goulart encontrava-se naquele momento em viagem à China, governada por Mao Tsé Tung do Partido Comunista Chinês (PCC).

Naquele meio tempo, o Congresso Nacional empossou provisoriamente Ranieri Mazzilli, então Presidente da Câmara de Deputados Federais, após decretar a vacância do cargo, em 25 de agosto de 1961 na Presidência da República. Foi então que forças reacionárias se posicionaram arbitrariamente contra a posse de João Goulart, sem nenhuma justificativa legal. Entre elas estavam as Forças Armadas brasileiras, onde três ministros militares lançaram uma nota ao Congresso exigindo o veto da posse, e a União Democrática Nacional (UDN), partido político conservador.

Toledo descreveu muito bem e de forma sintetizada e completa, simultaneamente, os acontecimentos políticos desta fase da história política brasileira. Naquele cenário, João Goulart era um social-reformista que visava apenas modernizar a estrutura capitalista brasileira de terceiro mundo para um capitalismo de primeiro mundo.<sup>7</sup> Em nada tinha de aspirações comunistas. Este é um ponto para o qual todas as fontes convergem. Tinha forte herança trabalhista, herdada do varguismo, e uma simpatia sindical. Quando foi Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas em 1953 ficou conhecido como “o ministro dos trabalhadores”.<sup>8</sup> Ele visava também uma maior intervenção do Estado na vida pública e na economia.

Já os principais nomes da composição político-partidária brasileira eram os seguintes: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido do presidente João Goulart, tinha um cunho trabalhista, sindicalista e presente nos centros urbanos. Possuía um viés nacional-reformista sem nenhuma pretensão revolucionária.<sup>9</sup> Havia sido também o partido de Getúlio Vargas, ex-presidente do Brasil (1930-1945; 1951-1954); e o próprio Jango fora seu Ministro do Trabalho em 1953.

O Partido Social Democrático (PSD) era conservador. Seu projeto era empresarial-modernizante, isto é, atendia os interesses da elite brasileira e suas demandas, como garantia da alta acumulação de capital, Estado apoiador e menor burocracia trabalhista e sindical. Porém havia algumas alas mais simpáticas ao PTB. Entre esses nomes estava o ex-presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), que se considerava junto com Jango, um herdeiro político do varguismo. A historiografia aponta o PSD como conservador, mas trata-se de um partido que contava com quadros que dialogavam com a esquerda

7 Social-reformismo é um princípio político-econômico que entende a economia capitalista como modelo aceitável, mas desde que o Estado opere reformas que visem melhorar o social.

8 TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

9 Similar ao social-reformismo.

moderada, tornando-se por vezes reducionista esta terminologia. E a UDN era um partido de metodologia completamente conservadora. Seu projeto não visava sequer à transformação da plataforma rural-capitalista<sup>10</sup> para uma capital-modernizante.<sup>11</sup> Era fortemente apoiadora da estrutura latifundiária. Era também o partido de Carlos Lacerda, governador da Guanabara (1960-1965) e ferrenho opositor de Getúlio Vargas e Goulart.<sup>12</sup>

Outro poderoso bloco neste período foram as Forças Armadas. As Forças Armadas brasileiras tinham uma diretriz política de direita, profundamente influenciada pela Escola Superior de Guerra (ESG) estadunidense, a *National War College*, onde fizeram intercâmbios após a Segunda Guerra Mundial em que aprendiam a combater o “inimigo interno”.<sup>13</sup> Este inimigo seria o comunismo. Voltaram sob a paranoia do macarthismo.<sup>14</sup> Esse anticomunismo sofreu uma meiose para um antivarguismo, o que explica nitidamente a conspiração de 1954. A ESG era o núcleo de formação intelectual das Forças Armadas. Dreifuss foi o autor que melhor explicou o papel da ESG na fomentação política dos militares. Em *Brasil Nunca Mais*, por sua vez, a Arquidiocese de São Paulo narrou precisamente a luta de classes que permeou o período varguista do segundo governo (1951-1954) até o governo Goulart.

É válido lembrar que o governo João Goulart (1961-1964) foi todo ele vivenciado durante a Guerra Fria (1945-1991), especialmente em um momento de acirramento global. A luta de classes, capitalismo, comunismo, reformismo, nacionalismo, todas essas terminologias eram fortemente debatidas pela sociedade civil. O Brasil vivia essa atmosfera política, sobretudo lembrando da bem-sucedida Revolução Cubana (1959) no continente americano. Embora a Guerra Fria tenha provocado fortes tensões mundialmente, a literatura especializada sobre o golpe militar de 1964 é categórica em retificar qualquer risco de comunismo desta situação, que de fato não havia.

Voltando ao cenário da renúncia de Jânio, e conseqüentemente da tentativa de golpe em João Goulart, um forte apoiador janguista foi Leonel Brizola, seu cunhado e governador do Rio Grande do Sul pelo PTB. Expressamente um nacional-reformista,

10 Ordem econômica capitalista pós-colonial, típica de ex-colônias de exploração que conservaram esta estrutura.

11 Ordem econômica capitalista pós-colonial que visa sua superação e o desenvolvimento socioeconômico.

12 DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

13 Cf. DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 1985; CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

14 Doutrina política difundida na década de 1950 pelo senador estadunidense Joseph McCarthy, em que acusava exageradamente indivíduos e organizações da sociedade civil como sindicatos, movimentos educacionais e funcionários públicos de praticarem a comunização dos Estados Unidos da América.

ele defendeu a Campanha da Legalidade,<sup>15</sup> que foi uma ação política conclamando a população civil a aceitar e exigir a posse de Goulart na Presidência.<sup>16</sup> Neste processo, organizações simpáticas à causa se somaram: a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Comando Geral da Greve (CGG). Uma forte greve nacional foi decretada por este último, angariando setores têxteis, portuários, metalúrgicos, bancários etc.

Tais esforços obtiveram êxito: João Goulart foi empossado Presidente da República do Brasil em 8 de setembro de 1961. É verdade que este processo foi uma vitória parcial, assegurada apenas sob a concessão do presidencialismo ao sistema parlamentarista de governo. Esta imposição deu-se sob articulação do PSD e UDN, que a aprovaram como emenda constitucional. O resultado foi um placar de 236 votos a favor e 55 contra (40 eram do PTB). Acreditavam as forças conservadoras, e até mesmo petebistas, que esta alternativa era um mecanismo de garantir a segurança institucional do país. Evidentemente, isso reduziria seus poderes para governar. Goulart, por temer ser golpeado, viu-se obrigado a ceder.<sup>17</sup> E é verdade também que tal sucesso não se deu exclusivamente pela Campanha da Legalidade, mas pela falta de adesão dos setores golpistas naquela atmosfera de polarização.

João Goulart então nomeou para seu 1º Gabinete Ministerial Tancredo Neves, do PSD. Tancredo tornou-se uma espécie de *premier* brasileiro. O político mineiro formou um gabinete composto por quatro ministros pessedistas, dois udenistas, e apenas um petebista. Este último era Francisco San Tiago Dantas, na pasta das Relações Exteriores. E no Ministério da Fazenda nomeou-se o banqueiro Walter Moreira Salles, de diretriz ortodoxo conservadora.<sup>18</sup> Isto ilustra o quão conciliador era o governo Jango; havia membros udenistas em seu próprio governo!

Entretanto, em seus primeiros meses esse gabinete sinalizou aspectos positivos à causa progressista. Primeiro, cancelou todas as autorizações cedidas à mineradora estadunidense *Hanna Corporation*. Então, restabeleceu as relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), rompidas desde a Era Dutra (1945-1950).<sup>19</sup> Também neste início de governo, Goulart tecia críticas a certas políticas

15 SILVA, M. G. da. *Informação, Repressão e Memória. A construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

16 TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

17 DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981; TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

18 DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981; TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

19 DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981; TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

econômicas do gabinete Tancredo. A reforma cambial foi uma delas. Goulart defendia uma maior intervenção do Estado na economia. Acreditava que o Estado deveria ser o dirigente econômico, operando transformações sociais no país.

Naquele cenário polarizado do início da década de 1960 havia organizações de direita e esquerda. Os projetos eram antagônicos, dificultando a conciliação entre o empresarial-conservador e o nacional-reformismo.<sup>20</sup> É verdade que nem todos os empresários apoiaram o golpe, e foram punidos posteriormente por isso pelos militares. A sociedade civil se dividiria cada vez mais durante a Era Jango (1961-1964). Inúmeros questionamentos sobre a pobreza estrutural do Brasil emergiram desde o governo Kubitschek (1956-1961). Ao mesmo tempo, o debate sobre a Guerra Fria e suas ideologias eletrizava cada vez mais núcleos intelectuais; a luta de classes emergia.<sup>21</sup>

A conjuntura política de então havia desembocado para um choque entre forças políticas. Desde o *Queremismo* que o bloco empresarial-militar estava em tensão com forças sindicais-trabalhistas. A diferença é que de 1945 a 1960 diversos cursos políticos foram driblando ou postergando este duelo. Seja o próprio fim da primeira Era Vargas em 1945, sendo sucedido por um representante mais confiável das elites. Ou pelo desfecho que o suicídio de Vargas causou ao aniquilar as forças reacionárias, ou mesmo o bem sucedido pacto político, econômico e social que o governo JK impeliu. Com a inesperada renúncia do representante da burguesia-tecnocrata brasileira, Jânio Quadros, as correntes reacionárias forçaram acirradamente um choque entre forças. O poder migrou diretamente das mãos de seu fiel representante para um petebista ainda mais ousado que Vargas. Ainda sobre isso, Dreifuss pontua nesse tensionamento o sucesso eleitoral e ideológico da bandeira nacional-reformista.<sup>22</sup> Desde o *Queremismo* as multidões sentiam-se pela primeira vez no governo. E sua identificação com ícones petebistas só aumentou entre 1945-1960. Logicamente, isso alarmava as elites, que temiam que a ordem pós-senhorial mudasse para um cenário mais agitador.

Zito da Galileia confere um olhar sociológico à Zona da Mata pernambucana do período retratado. O debate sobre a reforma agrária efervescia e isso gerava tensão na ordem senhorial. Assim como a sindicalização do campo, algo inédito na história do Brasil. Movimentos sociais despontavam entre as décadas de 1950 e 1960, como as Ligas Camponesas no Nordeste, sob a liderança de Francisco Julião e Gregório Bezerra,<sup>23</sup> e a

20 DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

21 TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

22 DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

23 GALILEIA, Z. da. *A história das ligas camponesas: testemunho de quem a viveu*. Recife: Cepe, 2017.



Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (FETAPE), criada em 1962, a qual teve forte protagonismo também.<sup>24</sup> Neste estado, Julião atuou como líder que convergiu as massas camponesas ao projeto das Ligas, que visavam à reforma agrária, sindicalização e tomada de consciência de classe do campesinato e direitos trabalhistas. Atuaram principalmente no Nordeste brasileiro, tendo nascido em Pernambuco, no Engenho Galileia, município de Vitória de Santo Antão. Paraíba e Rio de Janeiro também foram estados com líderes das Ligas. Neste sentido, Silva e Soares afirmam que as décadas de 50, 60 e 70 do século XX foram de acirradas lutas do trabalhador rural por direitos trabalhistas.<sup>25</sup>

Francisco Julião, bacharel em direito, advogou pela causa trabalhista agrária. Também foi eleito deputado federal em 1962, trazendo a pauta do trabalhador rural ao Congresso Nacional. Outra importante organização neste aspecto foi a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), criada em 1964. Neste ano, já havia 263 sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e 500 aguardando a legalização.<sup>26</sup> Na questão agrária, do outro lado havia defensores das grandes propriedades de terra. O modelo agroexportador sob a plataforma latifundiária é consolidado no Brasil desde seu período colonial. O projeto nacional-reformista ansiava uma tímida mudança nesta estrutura, algo que o bloco modernizante conservador rejeitava indubitavelmente.

No âmbito governamental estadual, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, era o principal apoiador de Goulart. E também era um herdeiro político do varguismo. Miguel Arraes, governador de Pernambuco, foi um importante apoiador do Executivo federal no Nordeste. Este último tinha fortes ligações com a classe camponesa, apoiando-lhe sempre que necessário. Este estado, aliás, teve forte importância além do eixo Rio-Minas-São Paulo. No campo conservador dos estados, um forte opositor a Jango era Carlos Lacerda,<sup>27</sup> governador da Guanabara (1960-1965) pela UDN. O governador de São Paulo, Adhemar de Barros, apesar de ser do Partido Social Progressista (PSP) era tão conservador quanto a UDN. Minas Gerais, por sua vez, importante estado na geopolítica nacional, era governado por Magalhães Pinto, da UDN.

24 TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

25 SILVA, M. G. da; SOARES, T. N. (Org.). *Pernambuco na mira do golpe, volume 3: mundos do trabalho e dos trabalhadores*. Porto Alegre: Fi, 2021.

26 CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

27 Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914-1977) foi um político brasileiro de direita. Foi um dos mais nítidos expoentes do conservadorismo político no Brasil e ferrenho crítico dos governos Getúlio Vargas e João Goulart.

Naquela composição de forças, o campo empresarial-conservador era nitidamente vitorioso. Os três mais importantes estados do país estavam todos opostos ao governo federal. Além de serem politicamente, economicamente e demograficamente mais poderosos, possuíam a vantagem geográfica de interceptar Brasília e abafar possíveis movimentos vindos do Sul ou Nordeste. No campo intelectual progressista, nomes como o antropólogo Darcy Ribeiro, o economista Celso Furtado, o pedagogo Paulo Freire e o geógrafo Josué de Castro defendiam o projeto nacional-reformista.<sup>28</sup> Brizola ainda criou o “Grupo dos Onze”, que seria um grupo de viés paramilitar para agir sob mecanismos legais caso a ação golpista efetuasse movimentos.<sup>29</sup>

Dreifuss aliás foi pioneiro no estudo destes dois institutos, sendo o pesquisador que mais contribuiu: O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, que se destacavam na máquina de propaganda e produção intelectual do campo reacionário.<sup>30</sup> Ambos panfletavam à exaustão o anticomunismo e o antijanguismo, muitas vezes confundindo-os. As rádios, programas de televisão, jornais, revistas, panfletos foram todos artifícios utilizados. O IBAD atuou bastante no financiamento de políticos ligados à UDN. Inclusive, muitos técnicos do IPES atuaram na Ditadura Militar (1964-1985). Vale lembrar que a própria ESG constituía um núcleo intelectual de civis e das Forças Armadas.

A propaganda visava desorganizar as bases do pacto nacional-reformista, assim como de narrativas tanto mais moderadas como o trabalhismo-sindicalista quanto mais radicais como o comunismo.<sup>31</sup> Naquele bojo que compunha toda a esquerda brasileira não havia estruturas capazes de reagir ao IPES/IBAD. Reagiam ora com discursos centralistas, tentando acalmar a opinião pública, ora com discursos entusiastas reivindicando transformações profundas na estrutura brasileira.

Já na composição de forças congressistas, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) constituía um bloco parlamentar. Isto é: era um bloco extra institucional, não era um partido político, mas ficou sendo uma terminologia que simbolizava a ala da esquerda parlamentarista brasileira daquela época. Deputados federais, senadores; tudo isso se aderiu à Frente. Por outro lado, a Ação Democrática Parlamentar (ADP) era o bloco extra institucional que representava a direita brasileira. Composta principalmente por

28 DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

29 CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

30 DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

31 DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

congressistas da UDN e PSD, também tinha aparatos satélites nos movimentos de direita da sociedade civil. Já no grande bloco geral das forças de esquerda, sejam elas de governantes políticos, movimentos sociais, entidades sindicais, o ilegal Partido Comunista Brasileiro (PCB), estava a Frente de Mobilização Popular (FMP).

Na plataforma sindical, surgiam entidades como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Pacto de Unidade de Ação (PUA). Ao longo do breve mandato Goulart, elas atuaram energicamente, inclusive fazendo greves por suas bandeiras políticas.<sup>32</sup> A direita, avessa à causa sindical, manifestava-se na defesa do patronato, da iniciativa privada. Reivindicavam maior liberdade econômica e menos intervenção estatal na economia.

No movimento estudantil a UNE destacava-se com seus 100 mil filiados.<sup>33</sup> Ela tinha relevância nacional e atuava fortemente nas universidades. Nos cursos de humanas sua ação era ainda mais acentuada. A direita não conseguia nem de longe o mesmo sucesso que grupos de esquerda no movimento estudantil. Seus poucos quadros ficavam à espreita do protagonismo progressista.

Na composição partidária, um partido que vivia uma diferença legal-institucional era o PCB, que atuava em muitos desses movimentos supracitados. Estava na ilegalidade desde o governo Dutra em 1947. O PCB naquele momento era reformista e legalista. Por esta razão o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) cindiu com a legenda e se tornou uma linha que optou pelo radicalismo e orientação do socialismo chinês.

Denis de Moraes, em *A esquerda e o golpe de 64* trouxe importantes informações sobre os movimentos clericais que se envolveram na política. No plano religioso, a Igreja Católica vivenciava um interessante dilema. Tradicionalmente conservadora, via alguns nichos progressistas emergirem. A Juventude Universitária Católica (JUC) e seu desdobramento, a Ação Popular (AP), eram movimentos apoiadores da causa nacional-reformista. “O Movimento de Educação de Base – MEB, mantido pela Conferência Nacional dos Bispos, fornecia apoio logístico para o trabalho da AP no movimento de sindicalização rural”.<sup>34</sup> Aliás, a própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi importante entidade da Igreja Católica no campo esquerdista, pregando um manifesto em 1963 a favor da reforma agrária.<sup>35</sup>

32 CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

33 CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

34 CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 138.

35 MORAES, D. de. *A esquerda e o golpe de 64*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Nas Forças Armadas, apesar de majoritariamente reacionária, havia poucos núcleos de inclinação nacionalista. No Rio Grande do Sul, o Comandante do III Exército era um deles, que inclusive posicionou-se contra a tentativa golpista de 1961.<sup>36</sup> Outro ponto é que o Baixo-Exército reivindicava o direito de serem eleitos para cargos legislativos, algo que o Alto-Exército, reacionário, era terminantemente contra. Essa inquietação jogava os praças para uma atmosfera de simpatia ao janguísmo.

**Tabela 1** Correlação de Forças da Era Jango

Setor	Favorável a João Goulart	Contra João Goulart
Partidos Políticos	PTB, fração do PSD, PCB, FPN	UDN, parte do PSD, ADP
Institutos e Propaganda	–	IPES, IBAD e grande imprensa
Igreja	CNBB, JUC, e ala progressista	Ala conservadora da Igreja
Forças Armadas	Baixo-Exército, sargentos e poucos altos-oficiais	ESG, Alto-Exército
Movimento Estudantil	UNE	–
Agricultura	Camponeses e movimentos sociais do campo	Latifundiários
Sociedade Civil	Frações das classes populares	Frações da

36 CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

		classe média
Capital e Trabalho	Sindicatos, CGT e setores isolados do empresariado	Alta burguesia nacional e internacional
Governadores	Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, e Miguel Arraes, de Pernambuco	Carlos Lacerda, da Guanabara, Adhemar de Barros, de São Paulo e Magalhães Pinto, de Minas Gerais

**Fonte** Elaborada pelo autor.

Por fim, esta dicotomia, apesar de levada a extremos exagerados principalmente pela direita, inúmeras vezes sofreu tentativas de conciliação. Goulart diversas vezes produzia um discurso de que as reformas iriam inibir animosidades revolucionárias e que iriam desenvolver economicamente o mercado consumidor brasileiro. Por isso mesmo tentava alianças com a estrutura empresarial brasileira, como a pequena e média burguesia nacional, alguns poucos setores do ramo alimentício, industriais e demais nichos empresariais.<sup>37</sup>

Chegava então o ano de 1962. A atmosfera política continuava tensa. Greves se tornaram cada vez mais comuns. A situação econômica declinava, tanto com uma desaceleração econômica do Produto Interno Bruto (PIB), como com a inflação acelerando. Em janeiro de 1962, houve a reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) em *Punta del Este*, Uruguai. Lá, discutiu-se a questão cubana. Os Estados Unidos queriam a expulsão de Cuba do bloco, assim como a instituição de embargos econômicos, diplomáticos e militares a este.<sup>38</sup> O Brasil teve uma postura soberana: foi contra, porém, na votação absteve-se.

Esses posicionamentos tornavam a relação EUA – Brasil tensas. Os EUA viam Goulart com apreensão, ainda mais quando desapropriações de multinacionais eram operadas pelo Executivo nacional ou estaduais. Foi o caso do Rio Grande do Sul, que

<sup>37</sup> DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>38</sup> TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

desapropriou uma empresa telefônica, a Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da *International Telephone & Telegraph* (ITT).<sup>39</sup> Isso enfurecia os EUA, que prontamente votaram a emenda *Hinckenlooper*, a qual visava suspender qualquer socorro financeiro, político ou militar a países que desapropriassem empresas estadunidenses.

Exatamente por receio de uma reação estadunidense, Goulart emitia um discurso de tentativas amistosas para com os Estados Unidos, inclusive em sua viagem de maio de 1962. Sabia ele que qualquer postura aversa aos EUA daria munição para este apoiar uma ofensiva conservadora para golpeá-lo. Este tênue trapézio atormentou todo o governo Jango. Por isso ele fazia questão de acalmar o mercado, elogiando a iniciativa privada, a moderação. Dizia também, justificando o nacional-reformismo, que isso reforçaria a estrutura do grande capital, e ainda aquietaria as massas. Estas poderiam partir para a revolução em caso de continuidade da extrema desigualdade. Inclusive, ele parafraseou John Kennedy “aqueles que tornarem impossível a revolução pacífica, farão inevitável a revolução violenta”.<sup>40</sup>

Porém, todas essas tentativas não obtiveram sucesso. Skidmore já afirmava que os discursos não se sobressaíam à performance econômica janguista, nacionalizações de multinacionais; daí o porquê o Fundo Monetário Internacional (FMI) não tinha segurança em Goulart.<sup>41</sup> Por sinal, o FMI constantemente exigia da Administração Goulart ajuste fiscal, arrocho salarial, e corte de gastos em serviços públicos.<sup>42</sup> Dessa forma, Jango às vezes conseguia tímidos elogios de raros udenistas, mas esta relação logo voltou a tencionar com seus discursos e ações nacional-reformistas.

João Goulart desde o começo de sua administração defendia as reformas de base. Essas reformas eram um pacote de medidas de caráter social-modernizante. Todas elas tinham coesão entre si; um perfil social-moderado. Elas constituíam o seguinte: reforma educacional, eleitoral, administrativa, urbana, bancária, tributária, cambial e principalmente a reforma agrária, a mais polêmica entre todas elas.<sup>43</sup> Havia também a manutenção do aumento do salário mínimo e a taxaço de remessa de lucros de multinacionais para o exterior.

39 TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

40 TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 29.

41 SKIDMORE, T. E. *Brasil: De Getúlio Vargas à Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 apud TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

42 DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

43 TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Moreira na descrição das reformas em sua tese de doutorado *O projeto de nação de João Goulart* fez uma pesquisa pioneira, explanando minuciosamente suas características sob ótica econômica e política. Seu trabalho ainda é pouco utilizado pela historiografia e merecia ser bem mais reconhecido.

**Tabela 2** As Reformas de Base do Governo João Goulart

REFORMA	OBJETIVO
Educacional	Fim das cátedras vitalícias e ensino superior voltado às causas sociais
Eleitoral	Direito de voto aos analfabetos e sargentos
Administrativa	O Estado deveria atender mais às necessidades sociais do brasileiro
Urbana	Incentivar construção civil e impedir especulação imobiliária
Bancária	Democratizar o acesso ao crédito
Tributária	Tributar menos no consumo e mais na renda
Cambial	Controlar a circulação de moeda estrangeira
Remessa de lucros	Taxar o lucro de multinacionais ao exterior
Salário mínimo	Elevação do salário mínimo

Agrária	Destinar terras improdutivas marginais a rodovias e ferrovias federais e açudes para o campesinato
---------	--

**Fonte** Elaborada pelo autor.

A *reforma educacional* consistia em maior liberdade de ensino às universidades, pondo a pesquisa a serviço do povo brasileiro e dos interesses nacionais.<sup>44</sup> Isto é, pesquisar mais a estrutura brasileira, e menos para formação de mercado de trabalho; o fortalecimento da instituição Escola Pública e gratuita e de cursos profissionalizantes; a alfabetização de adultos sob o método Paulo Freire; o ingresso dos excedentes no ensino superior; por fim, o fim da vitaliciedade das cátedras universitárias, permitindo novos pesquisadores ocuparem as instituições de ensino.

A *reforma eleitoral* pretendia legalizar o direito de voto dos analfabetos, que eram uma gigantesca porção do povo brasileiro, e eram excluídos do direito político-civil de votar; conceder aos sargentos o direito de votarem e serem votados para cargos legislativos, algo até então proibido; e legalizar o Partido Comunista Brasileiro. Naquele contexto, as forças empresariais-modernizantes sabiam do potencial do voto rural, que era mais adepto ao PTB. Sabiam ainda que a legalização do direito de voto aos analfabetos traria uma massa de milhões de eleitores para votar na esquerda.<sup>45</sup> Isso significava uma ameaça às pretensões senhoriais e conseqüentemente possível mudança na ordem vigente. Controle que a classe proprietária não queria perder.

A *reforma administrativa* visava modernizar a estrutura burocrática do Estado brasileiro. Na visão de Goulart, a máquina estatal precisava atender mais às necessidades do povo brasileiro, de mais equipe técnica qualificada. Assim como aumentar a máquina pública, para atuar em nichos que antes eram ignorados pelo poder público.

A *reforma urbana* visava coibir a especulação imobiliária, algo já recorrente na década de 1960. Haviam em torno de 5 milhões de imóveis desocupados. Assim como incentivar a construção civil. Nesta reforma o governo iria limitar a quantidade de imóveis por pessoa, desapropriando o excedente; desapropriar imóveis ociosos sob um determinado tempo; vender imóveis desapropriados para as classes assalariadas; e construir habitacionais sem fins lucrativos, por parte do Estado, para os mais necessitados.

44 MOREIRA, C. S. *O Projeto de Nação de João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964)*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. p. 299.

45 DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.



Na *reforma bancária* o Governo Federal queria criar um Banco Central, um banco rural e outros bancos com fins específicos. Queria democratizar o crédito, bem como controlar e limitar o redesconto bancário e outras medidas para conter a especulação financeira. E procurou reescalonar a dívida externa do Brasil com o FMI.

Na *reforma tributária*, a administração Goulart pretendia tributar menos no consumo de bens e serviços e mais na renda, especialmente de quem tivesse possessões financeiras. Isto é: tornar a tributação progressiva, diferente da regressiva em vigor até então.<sup>46</sup>

A *Reforma Cambial* significava o Estado brasileiro monopolizar o câmbio para ter um balanço de pagamentos mais equilibrado através da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). O governo não era contra a entrada de capital estrangeiro, desde que controlado e registrado, evitando sonexação das operações cambiais.

Quanto à *Remessa de lucros para o exterior* de empresas multinacionais, o projeto estabelecia que deveria ter um limite de até 10% dos investimentos líquidos feitos no Brasil. Se esse valor estivesse entre 10% e 20%, seria considerado repatriação de capital. E acima de 20% esse lucro seria considerado capital complementar e seria obrigado a ser reinvestido no Brasil, sendo proibida sua alocação para o exterior.<sup>47</sup>

A bibliografia do tema não trata como um elemento das reformas a política de valorização do *salário mínimo*, mas deveria, pois foi tão importante quanto. Nele o Executivo nacional pretendia a manutenção do seu aumento real, isto é, acima da inflação, algo que vinha acontecendo com relativa constância desde o segundo governo Vargas. Essa postura perante o salário mínimo incomodava as pretensões do alto-empresariado brasileiro. Viam nisso uma minimização de sua acumulação de capital.

Por último, a *reforma agrária* proposta por Goulart em nada tinha de revolucionária. Consistia na desapropriação apenas de terras improdutivas se estivessem em terras marginais a rodovias e ferrovias federais, além de açudes. E sob uma condição: O proprietário de terras seria indenizado sob pagamento de títulos da dívida pública federal e a prazo, não em espécie à vista, como previa a então Constituição Federal de 1946 no parágrafo 16 do artigo 141. Com a reforma agrária, a administração Goulart alteraria o artigo 147, propondo o uso da terra para o bem-estar social e a sua desapropriação conforme o seu uso social. Para isto, planejava instituir um órgão específico. Goulart enfatizava como prioridade a produção de alimentos para abastecimento do mercado interno.

46 MOREIRA, C. S. *O Projeto de Nação de João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964)*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

47 DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

Havia também neste dispositivo uma primeira reivindicação ao proprietário da terra dispondo que esta, caso improdutiva, deveria ser utilizada para produção alimentícia. Só depois disso tal propriedade poderia ser designada para fins de reforma agrária. E dar-se-ia também cronologicamente em territórios de maiores tensões e conflitos.<sup>48</sup> O Executivo priorizava locais acessíveis e próximos aos centros urbanos. Pretendia fornecer apoio técnico e crédito para o pequeno agricultor beneficiado com esta reforma e obrigava a quarta cultura para abastecer o mercado interno brasileiro de alimentos. Nitidamente esta reforma era a que mais feria os interesses ruralistas.

Um ponto a se destacar das reformas, principalmente a agrária, é que elas visavam não só a melhoria social da estrutura brasileira, mas o desenvolvimento do capitalismo e seu fortalecimento. Isto é: visava transformar uma massa de milhões de pessoas que vegetavam na fome em consumidores de alimentos, pequenos proprietários, consumidores no mercado geral de bens e serviços... Isso traria um fortalecimento expressivo do comércio, além de coibir surtos revolucionários.<sup>49</sup> Silva A., para um artigo, explicou bem as reformas, sintetizando suas propriedades.

O presidente anunciava nos seus discursos a essencial necessidade da reforma agrária para a superação da pobreza estrutural do Brasil. Ele anunciou em 1º de maio de 1962, em Volta Redonda – Rio de Janeiro um intenso apelo. Essa postura irritava os grandes proprietários de terra. Viam nisso não só uma perda de capital, por menor que fosse, como fantasiavam um cenário “revolucionário”. Estava aí lançado o conflito entre a elite latifundiária e a administração Goulart. Nesse discurso, Goulart estava irritado com a lentidão e moderação do anteprojeto da reforma agrária elaborado pelo gabinete de Tancredo, mais especificamente de Armando Monteiro (PSD), usineiro de Pernambuco.<sup>50</sup>

Jango queria uma reforma que alterasse a Constituição Federal de 1946, especificamente o §16 do artigo 141, que aferia que a desapropriação de terras para reforma agrária fosse indenizada em dinheiro. Seria extremamente oneroso para o Estado brasileiro operar tal reforma nestes termos. Ele queria indenizar proprietários de terra com pagamentos de títulos da dívida pública. A partir do discurso de Volta Redonda os apelos pelas reformas se tornaram mais comuns; por outro lado, os ministros do Gabinete Tancredo Neves sentiam-se sem coesão ideológica suficiente com o presidente. Visando as eleições de outubro de 1962, em junho todos renunciaram para

48 MOREIRA, C. S. *O Projeto de Nação de João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964)*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

49 SILVA, A. de V. “João Goulart e as Reformas de Base”. *Textos e Debates*, n.32, p. 5-20, jan./jun. 2019.

50 TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

estarem legalmente aptos com a Justiça Eleitoral, a chamada desincompatibilização funcional.<sup>51</sup>

Moniz Bandeira deu interessantes contribuições para o presente tema retratado, principalmente na descrição dos acontecimentos políticos com econometria. O presidente João Goulart assumiu o governo do Brasil sob uma condição econômica que indicava tensões. Havia baixo crescimento econômico, greves, a inflação na casa dos 40% incomodava as massas e a dívida externa situava-se em 30 bilhões de dólares. O câmbio era uma questão turbulenta no início da década de 1960, e a SUMOC<sup>52</sup> e a Instrução 204 causava intensos debates públicos. Moniz Bandeira desenha a situação que o Executivo Federal vivia em 1962: déficit do Tesouro Nacional de Cr\$280 bilhões, quase 60% da arrecadação tributária. A emissão do papel-moeda estava na cifra de Cr\$90 bilhões; já o balanço de pagamentos estava em US\$400 milhões. Os serviços da dívida externa e remessa de lucros ao exterior situavam-se em US\$596 milhões, praticamente o mesmo que o Brasil havia lucrado em exportações aos Estados Unidos naquele ano, US\$596 milhões. Acrescenta ainda que a relação que os Estados Unidos impunham ao Brasil era de submissão. Uma curiosa pontuação de remessa ilegais para o exterior era da *The Pernambuco Tramways & Power Co.*, atestando lucro ilegal de Cr\$500 milhões aos seus investimentos.<sup>53</sup>

Como brasileiro, Skidmore foi o melhor ao pesquisar não só o tema governo João Goulart, mas os acontecimentos desde a Era Vargas. Descreveu os acontecimentos políticos com profundidade e completude. Jango então indicou San Tiago Dantas do PTB para compor o novo gabinete, o que foi rejeitado pelo Congresso Nacional por 174 votos contra 110. San Tiago era claramente trabalhista. A reacionária chapa PSD-UDN não aceitou e indicou Auro de Moura Andrade, conservador do PSD. A reação foi uma fortíssima greve nacional, em 5 de julho de 1962, organizada pelo CGT. Diversos movimentos aderiram, como o PCB, a UNE, setores progressistas da Igreja Católica, sindicatos – todo o campo progressista em geral. Com este impasse político Goulart vasculhou uma opção mais moderada: Brochado da Rocha, do PSD e ex-secretário do Interior e Justiça do Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul.<sup>54</sup>

51 TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

52 Superintendência do Crédito da Moeda e do Crédito, instituição mais próxima do que se chama atualmente o Banco Central.

53 BANDEIRA, M. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

54 SKIDMORE, T. E. *Brasil: De Getúlio Vargas á Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

O Primeiro Ministro Brochado da Rocha imprimiu um projeto de governo em 12 de julho de 1962 com as feições de Goulart.<sup>55</sup> Como petebista defendia e aguçava a necessidade das reformas; se sensibilizava com a reforma agrária. Havia um entrosamento ideológico entre ambos. Neste gabinete incluía ele Moreira Sales, Ministro da Fazenda, Ermírio de Moraes no Ministério da Indústria e Comércio, e Afonso Franco no Itamaraty. Rocha parecia ser habilidoso politicamente; trabalhou para convencer a opinião pública a antecipar o plebiscito presidencialista de 1965 para 1963, e com sucesso. Até mesmo alguns setores da direita política concordavam em restaurar os poderes presidencialistas.<sup>56</sup>

Entretanto, o impasse entre alas das Forças Armadas sobre o plebiscito os dividiam. Os mais radicais militares viam no horizonte com isso o comunismo; outros entendiam que a legalidade era institucionalmente correta. O prazo para o plebiscito seria até abril de 1963. Mas Jango queria que fosse em outubro de 1962. Foi aí que o general Dantas Ribeiro telegrafou para o presidente e Ministro da Guerra que essa antecipação poderia gerar um caos revolucionário. Foi então que em setembro de 1962 Brochado da Rocha e seu gabinete renunciaram. Justamente devido à estratégia do plebiscito.<sup>57</sup>

Hermes Lima foi então nomeado em setembro de 1962 o terceiro e último primeiro-ministro do governo João Goulart. Este novo governo substituiu o Ministro da Guerra Nelson de Melo por Amauri Krueel, que era amigo pessoal de Jango. Isso aproximou o presidente do Alto-Exército. Conseguiu com isso a antecipação do plebiscito para 6 de janeiro de 1963.<sup>58</sup> Era uma importante vitória política do governo.

As eleições de 1962 foram um termômetro da política brasileira de então, marcada pela polarização. Ícones da direita e esquerda se digladiavam, como Lacerda e Brizola, e obtiveram ora sucessos ora fracassos. Brizola, grande expoente da esquerda brasileira, foi eleito deputado federal da Guanabara, com uma vitória arrasadora de 269 mil votos, ainda mais levando em conta que ele não tinha ligação nenhuma com o estado. Porém, não conseguiu fazer um sucessor no governo do Rio Grande do Sul. Lacerda havia governado a Guanabara e detinha a narrativa no campo da direita, mas via sua base

55 MOREIRA, C. S. *O Projeto de Nação de João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964)*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

56 SKIDMORE, T. E. *Brasil: De Getúlio Vargas á Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

57 SKIDMORE, T. E. *Brasil: De Getúlio Vargas á Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

58 SKIDMORE, T. E. *Brasil: De Getúlio Vargas á Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

enfraquecida.<sup>59</sup> Outra movimentação importante na política nacional foi a eleição de Miguel Arraes para governador de Pernambuco. Este também tinha viés nacional-reformista. E isso fortalecia o bloco janguista, que ganhava um aliado em uma região marcada por profunda miséria, com potencial para crescimento da sindicalização rural e até mesmo surtos revolucionários. Já o IBAD foi um forte patrocinador de candidatos anti-janguistas. Atuou no financiamento destes, em parceria com o IPES, que foi fortemente atuante na propaganda.<sup>60</sup>

E apesar de todas as críticas que o governo Goulart e líderes como Brizola sofriam, também instigavam simpatizantes, que viam nas reformas uma nova oportunidade para o desenvolvimento do Brasil. Tanto que o PTB aumentou suas cadeiras na Câmara de Deputados Federais de 66 para 104. O nacional-reformismo era almejado pelo povo brasileiro. Porém isso não foi suficiente para abastecer com a potência necessária o apoio parlamentar às reformas estruturais que o governo Goulart desejava. A máquina conservadora da UDN e maioria do PSD via seus patrimônios sob risco. E assim seguiu o governo João Goulart sob um cabo de guerra entre direita e esquerda.

Foi só em janeiro de 1963 que o governo João Goulart voltaria ao regime presidencialista, após um plebiscito em que o presidente instigava o eleitor a votar pelo “sim”. O presidencialismo ganhou com ampla vantagem, na proporção de 5 para 1 dos votos. Sobre esse triunfo, Skidmore faz uma interessante leitura segundo a qual João Goulart habilmente atuou durante o parlamentarismo para veicular uma imagem de que este sistema de governo era equivocados. Queria com isso antecipar o plebiscito presidencialista de 1965 para 1963, feito que obteve êxito.<sup>61</sup>

Com a volta dos plenos poderes presidencialistas, pairava nos setores conservadores brasileiros o medo. Temores de esquerdização acentuada, da construção da “República Sindicalista” e demais animosidades proletárias tomavam conta da narrativa direitista. Daí estavam gestadas nos ciclos mais radicais da esquerda e direita a corrida para a instituição de um golpe; ambos temendo a ação primeira do outro.

A administração Goulart seguia agora com a nomeação de importantes quadros técnicos e ideológicos, como Celso Furtado no Ministério do Planejamento, que havia dirigido a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) anos antes. Era progressista, intelectualmente entendia as mazelas estruturais do país a serem superadas. Furtado então elaborou o Plano Trienal, que eram medidas econômicas que

59 SKIDMORE, T. E. *Brasil: De Getúlio Vargas á Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

60 TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

61 SKIDMORE, T. E. *Brasil: De Getúlio Vargas á Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 270.

visavam o ajuste fiscal, contenção da inflação e estabilização da economia brasileira.<sup>62</sup> Este plano simbolizava um aceno às classes conservadoras, que significava responsabilidade fiscal e a obediência à ortodoxia econômica.

Evidentemente, tal plano frustrava a esquerda brasileira. Ela via suas bandeiras ameaçadas por estes mecanismos. Mas simultaneamente, sabia que Jango encontrava-se em um delicado jogo de forças, e por isso continuava apoiando-o. Outro nome importante nesta nova fase foi San Tiago Dantas, agora como Ministro da Fazenda, assim como Almino Afonso para a pasta do Trabalho. Nas Forças Armadas, nomeava para os altos cargos oficiais moderados ou simpáticos ao seu governo. Exemplos são: general Osvino Alves, do Rio de Janeiro, e Jair Dantas Ribeiro, do Rio Grande do Sul.<sup>63</sup> Goulart sabia da importância de ter apoiadores em uma estrutura extremamente avessa a seu governo.

Voltando ao Plano Trienal, este reconhecia que a taxa inflacionária de 52% em 1962 excedia o limite do aceitável. Visava, em até 3 anos, em 1965 abaixar para 10%, assim como manter o crescimento econômico do PIB em 7% ao ano. Simultaneamente ao Plano Trienal deveriam acontecer as reformas de base. Juntas, trariam responsabilidade fiscal e social. O Plano Trienal estabelecia dois elementos centrais para o êxito em aliar crescimento econômico com combate à inflação: a pressão inflacionária produzida por déficits no setor público deveria ser reduzida pelo financiamento do investimento público em alto nível. O segundo elemento era que o Estado deveria manter a capacidade de importar através de um refinanciamento da dívida externa. Esta alcançava a cifra de US\$564 milhões, equivalente a 45% das exportações do Brasil em 1962.<sup>64</sup> Para seu êxito a política de exportações precisava ser mais agressiva nos manufaturados.

O Plano Trienal era impopular, sobretudo por causa de sua contenção salarial e menor investimento público. Jango inclusive atuou para cortar subsídios na importação do petróleo e trigo, sabendo que isso encareceria o preço dos transportes e pão. Assim como instrumentalizou o câmbio para manter uma maior normalidade do valor real do cruzeiro em relação ao dólar. Este corte no subsídio do trigo e petróleo acabou gerando um aumento no preço do pão, gerando, no fim das contas, inflação novamente. San Tiago foi a Washington tentar não só a renegociação com o FMI, mas incrementar o

62 PESAVENTO, S. J. *História do Brasil Contemporâneo*. 2 ed. Porto Alegre: Universitária, 1994.

63 SKIDMORE, T. E. *Brasil: De Getúlio Vargas á Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

64 SKIDMORE, T. E. *Brasil: De Getúlio Vargas á Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

empréstimo. Conseguiu uma frustrada quantia de US\$84 milhões de dólares, podendo chegar a US\$398 milhões em caso de sucesso no ajuste fiscal.<sup>65</sup>

No entanto, naquele primeiro semestre de 1963 a inflação subiu mais intensamente que o esperado, sendo 16% só no primeiro trimestre – o esperado para o ano todo era de 25%. Na questão salarial, o aumento que San Tiago desejava era inferior ao que trabalhadores civis e militares desejavam; isso gerou uma decepção nestas classes. No fim das contas, o governo cedeu e deu o desejado aumento. Mas para descontentamento do governo, ainda em maio de 1963 Celso Furtado abandonou o Plano Trienal.<sup>66</sup> Era um duro golpe à realidade do Executivo Federal, que via seu governo em uma inflexão.

Naquele ano de 1963, um elemento que fortemente tensionou o governo e grandes proprietários de terras foi o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que significava inserir legislação trabalhista para o trabalhador rural brasileiro. Era algo inédito, pois a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1º de maio de 1943, apenas abrangia o trabalhador urbano. O ETR regulamentava as relações entre capital e trabalho no campo. Foi promulgado em 2 de março de 1963 sob a Lei nº 4.214. Podiam observar-se nestes documentos dispositivos constitucionais de melhorias.

Observa-se aí como as relações de trabalho eram precárias no Brasil, especialmente no campo. Pois nestes trechos elementos básicos como jornada de trabalho, salário mínimo, férias e demais outros não eram sequer existentes nas relações patrão-trabalhador. Exemplos disso são seus artigos:

Art. 25. Os contratos de trabalho rural, individuais ou coletivos, estipularão, conforme os usos, praxes e costumes de cada região, o início e o término normal da Jornada de trabalho, que não poderá exceder oito horas por dia. Art. 28. Qualquer que seja a forma, tipo ou natureza do contrato, nenhum trabalho rural assalariado, poderá ser remunerado em base inferior ao salário mínimo regional.<sup>67</sup>

Sobre o Projeto do Estatuto do Trabalhador Rural – ETR, ele dispunha:

a) relações de trabalho no campo; b) contrato individual de trabalho; c) carteira profissional; d) duração de jornada de trabalho; e) remuneração e salário mínimo; f) repouso semanal remunerado; g) férias; h) higiene e segurança do trabalho; i) estabilidade, rescisão do contrato de trabalho e aviso prévio; j) trabalho do menor no meio rural; k) trabalho da mulher no meio rural; l) fundo de assistência e previdência do trabalhador

65 SKIDMORE, T. E. *Brasil: De Getúlio Vargas á Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

66 SKIDMORE, T. E. *Brasil: De Getúlio Vargas á Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

67 BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Estatuto do Trabalhador Rural*. Brasília 1963. p. 4.

rural; m) Instituto de Previdência e Seguro Social; n) fiscalização a ser exercida; e o) dissídios e respectivos julgamentos.<sup>68</sup>

O ETR trouxe de alguma forma qualidade de vida para o trabalhador do campo. Ainda que minimamente, significava institucionalmente direitos claros que deveriam ser obedecidos. Na marcha da história, as mudanças quase sempre são lentas, mas iniciam-se muitas vezes pela oficialização através do Estado. Estavam lançadas as bases para uma melhoria de vida do campo.

As tentativas do Poder Executivo perante o congresso para discutir e aprovar as reformas obtinha cada vez mais insucessos. A estrutura empresarial-conservadora era muito bem representada na câmara, o que solapava qualquer tentativa de apelo transformador. Foi assim que ao longo de 1963, João Goulart perdeu o apoio do PSD, que viu suas premissas políticas migrarem para o bloco histórico da UDN.<sup>69</sup> O governo federal estava então isolado.

No decorrer daquele ano de 1963 os extremos se acentuavam. Na direita, Lacerda triunfava pela UDN como pré-candidato à Presidência nas eleições de 1965. Na esquerda, Brizola e os movimentos sociais mais exigentes exigiam de Jango medidas mais incisivas. Uma curiosa circunstância era que Brizola, por ser cunhado de Goulart, não poderia se candidatar à Presidência em 1965 porque a legislação impedia-o pelo parentesco. Inclusive, a oposição acusava Brizola de proteger setores subversivos. Isso acentuava a migração dos setores centristas do PSD para a UDN. E para completar, San Tiago Dantas destacava-se como ministro e político. Era habilidoso, se posicionava, e conquistava respeito popular. De alguma forma Goulart via nele um concorrente de poder no PTB, e inclusive postulavam que ele poderia ser o candidato do partido a presidente em 1965.<sup>70</sup>

Por fim, Goulart teve o azar de seu ministro San Tiago ter uma enfermidade no pulmão, o que o forçou a dispensá-lo; assim como Celso Furtado, mas este por motivos políticos.<sup>71</sup> Na pasta da Guerra, também trocou Krueger por Jair Dantas Ribeiro, do Rio Grande do Sul. E no Ministério do Trabalho, saiu Almino Afonso pelo senador Amauri Silva. Para Ministro da Fazenda foi escolhido Carvalho Pinto, ex-governador de

68 MOREIRA, C. S. *O Projeto de Nação de João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964)*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

69 SKIDMORE, T. E. *Brasil: De Getúlio Vargas á Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

70 SKIDMORE, T. E. *Brasil: De Getúlio Vargas á Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

71 SKIDMORE, T. E. *Brasil: De Getúlio Vargas á Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.



São Paulo e ex-secretário da Fazenda por este mesmo estado. Era famoso por sua opinião centrista. Naquele ano de 1963, aliás, até a esquerda mais radical, ou a chamada “esquerda negativa” começou a endurecer contra o Presidente. Ainda assim, apoiavam-no, sabendo que seu verdadeiro inimigo era o complexo empresarial-militar.

A queda de San Tiago e demais ministros, somados aos impasses entre governo brasileiro e Estados Unidos sobre indenizações por desapropriações injetaram mais desconfianças para uma situação já demasiada tensa. Somado a isso, a sindicalização rural crescia. Em 1963, o movimento camponês rapidamente emergia como um ator político de relevância cada vez maior. As Ligas Camponesas<sup>72</sup> e demais organizações massificavam suas propostas no campo brasileiro.<sup>73</sup>

Foi então que um episódio injetou virulentos ânimos no acirramento político de então, a Revolta dos Sargentos, em setembro de 1963. Sargentos da Marinha e Aeronáutica deflagraram uma rebelião em Brasília prendendo o presidente da Câmara dos Deputados e um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).<sup>74</sup> O motivo da revolta era que o STF havia anulado o direito de os sargentos concorrerem a cargos legislativos. A UNE e o CGT apoiaram-nos. O Alto-Exército exigia que o Executivo condenasse fortemente a revolta, por entre outras coisas atentar contra a hierarquia das forças armadas, o que não ocorreu.

Após a Revolta dos Sargentos o termômetro político disparou. Naquele final de 1963 as declarações entre esquerda e direita se acirraram. O cúmulo disso foi quando, em princípios de outubro, Carlos Lacerda em entrevista ao *Los Angeles Times* disse que o governo Goulart podia cair antes do fim do ano. Acrescentou que os militares estavam discutindo se “era melhor tutelá-lo, patrociná-lo, colocá-lo sob controle até o fim de seu mandato ou destruí-lo agora mesmo”.<sup>75</sup> A alta-cúpula das Forças Armadas consideraram isso uma injúria; e exigiram que o Executivo nacional decretasse estado de sítio para depor Lacerda, que era irresponsável em suas declarações.

No choque deste episódio Goulart conversou com Brizola, que o apoiou. Decretado o sítio, o Comando de Paraquedismo das Forças Armadas tentou capturá-lo, sem sucesso; Lacerda desapareceu. Após isso, o Ministério da Guerra ordenou que

72 As Ligas Camponesas foram a mais notável organização política do campesinato brasileiro. Situava-se principalmente no Nordeste brasileiro. Defendia reforma agrária e direitos trabalhistas para o campo. Francisco Julião (1915-1999) foi o seu maior líder. Pernambucano, atuou na zona da mata açucareira.

73 BANDEIRA, M. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

74 CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

75 BANDEIRA, M. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 130.

cessassem as buscas. Entretanto, a reação pública foi contrária; nem conseguiu apoio da esquerda, que temia uma agenda autoritária contra os movimentos sociais, e nem à direita, que via nisso uma brecha para aventureirismos ideológicos de Goulart. Goulart então se viu frustrado. Viu inclusive petebistas criticarem esta medida. Percebendo a atmosfera de derrota, retirou o estado de sítio. Era uma forte derrota política para ele.<sup>76</sup> Essa coleção de episódios ao longo do governo Goulart endossava a narrativa empresarial-militar de que um golpe de Estado era necessário.

Somado a isso, Carvalho Pinto renunciou do Ministério da Fazenda, alegando que não havia “mínimas condições necessárias à obtenção de qualquer resultado útil”.<sup>77</sup> O clima azedou perenemente daí em diante entre governo e as elites. Sobretudo, quando cogitou-se nomear Brizola para a Economia, o que não se concretizou e Goulart nomeou o ortodoxo Nei Galvão. Naquele panorama, Goulart percebia que o pálido apoio de alguns setores da burguesia nacional e militares desapareceu. Só lhe restavam as bases populares: os movimentos sociais de esquerda.

As Forças Armadas vociferavam seu vigor anticomunista mais do que nunca. Atuavam na espionagem, que se intensificou, coletando informações sobre os passos de general Assis Brasil como Chefe da Casa Militar da Presidência.<sup>78</sup> O clima de desidratação política continuava. Houve um intercâmbio de militares e armamentos dos Estados Unidos ao longo da Era Goulart para as Forças Armadas brasileiras. Principalmente via submarinos. Ou seja: O apoio dos EUA a um golpe já se avistava no horizonte. A certeza de um golpe, de um lado ou de outro, materializava-se. A morte de Kennedy, em 22 de novembro de 1963 não enterrou o projeto dos EUA de impor uma ordem militar-empresarial no Brasil.

Iniciava-se o ano de 1964, após muitos desgastes políticos. A atmosfera indicava dos dois lados um golpe no horizonte. João Goulart no fim das contas decidiu saltar em direção à esquerda e defender as reformas de base. Regulamentou enfim a Lei de Remessa de Lucros ao exterior em 23 de janeiro de 1964.<sup>79</sup> O presidente sentia que não tinha muito tempo no poder e decidiu ousar. As conversas de bastidores sobre movimentos golpistas se acentuavam naqueles 1964. Foi elaborada uma organização de como os EUA iriam ajudar as forças golpistas brasileiras, com o fornecimento não só de

76 BANDEIRA, M. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 130.

77 BANDEIRA, M. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 147.

78 BANDEIRA, M. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 147.

79 SKIDMORE, T. E. *Brasil: De Getúlio Vargas à Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

armas, mas apoio logístico na costa brasileira. Para se ter ideia do termômetro político brasileiro naquele momento, “em 1963 houve 50 greves no Rio de Janeiro; só em 15 dias de janeiro de 1964 houveram 17”.<sup>80</sup> As greves rurais explodiam Brasil adentro.

Foi então que João Goulart determinou que a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) elaborasse um esboço de decreto que desapropriasse latifúndios improdutivos em terras marginais a rodovias e açudes. Somado a isso, argumentava a favor da legalização do PCB. Mas Goulart era estritamente legalista, e não tinha uma natureza para gompismos ou violência. Mesmo avistando o fantasma do golpe civil-militar, esforçou-se para costurar alianças e uma mobilização do povo brasileiro pela esquerda.<sup>81</sup>

Ele agendou comícios pelo Brasil. Foi então que em março de 1964, em uma sexta-feira 13, deflagrou o Comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro.<sup>82</sup> 200 mil pessoas participaram: trabalhadores, sindicatos, funcionários públicos e defensores da Petrobrás, estudantes e professores universitários e demais simpatizantes da reforma agrária e das reformas de base como um todo. Na Figura 1, é nítido o fervoroso discurso de João Goulart, que gesticulava para a multidão ao lado de sua esposa, a primeira-dama Maria Thereza Goulart.<sup>83</sup>

**Figura 1** João Goulart e a primeira-dama Thereza Goulart no Comício das Reformas, em 1964.



**Fonte** <https://blogdotarso.com/2015/03/12/13-de-marco-de-1964/>.

80 BANDEIRA, M. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 155.

81 BANDEIRA, M. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 155.

82 CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

83 Maria Thereza Fontella Goulart (1936) foi a mais jovem Primeira-Dama da história do Brasil, possuindo 25 anos de idade na data da posse, em 1961.

Jango iniciou um discurso inflamado, defendendo euforicamente as reformas. Ali, enfim trocou a razão pelo coração e emocionou uma multidão que lhe apoiava. Há um áudio de uma hora do discurso das reformas na plataforma Youtube, em que ele diz: “[...] dirijo-me a todos os brasileiros, não apenas aos que conseguiram adquirir instrução nas escolas, dirijo-me também aos milhões de irmãos nossos que dão ao Brasil mais do que recebem [...]”.<sup>84</sup> O presidente havia recentemente assinado dois decretos, um nacionalizando refinaria de petróleo e o outro desapropriando terras marginais às ferrovias e rodovias federais, bem como de açudes.<sup>85</sup> Jango queria alterar o dispositivo da Constituição em que previa apenas indenização em dinheiro para os proprietários de terra. Queria pagar com títulos da dívida pública, algo que o Congresso Nacional recusava prontamente. Ali estava declarada a guerra contra a alta burguesia nacional, que se sentia assustada. Na figura 2, o jornal Última Hora, amistoso à social-democracia e a Jango, ilustra o Comício da Central do Brasil. A manchete mostra uma multidão que enfaticamente defendeu as reformas, com um título convidativo ao povo participar.

**Figura 2** Manchete do Jornal Última Hora sobre o sucesso do Comício da Central do Brasil.

84 HENRIQUE MAGALHÃES. “Comício da Central do Brasil – Discurso completo (João Goulart, 1964)”. *YouTube*, 26 jun. 2021. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=RbjTaornRoc>>. Acesso em: 9 ago. 2023.

85 CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.



Fonte UNIFESP <https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/ultima-hora-o-povo-com-jango-comec3a7a-a-reforma.jpg>.

Não demorou muito para a reação emergir. Forças de direita organizaram uma resposta ao Comício das Reformas. Fizeram então em 19 de março de 1964 a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo. Setores conservadores da Igreja, as classes médias, simpatizantes da família tradicional, do patriotismo, da causa empresarial-militar e demais panfletários do anticomunismo aderiram. Especula-se que 500 mil pessoas compareceram.<sup>86</sup> Este movimento era o cheque naquele tabuleiro de xadrez que as Forças Armadas tanto precisavam para ter o aval popular para a ação golpista.

Em 26 de março o clima político no Brasil era eletrizante. Rumores de golpe de ambos os lados emergiam aos montes. Foi então que os fuzileiros navais deflagram uma revolta, junto com marinheiros, em pleno sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Seu líder, cabo Anselmo, reivindicava melhores condições de trabalho. Goulart reagiu substituindo o ministro da Marinha por outro, indicado pelo CGT, que anistiou os revoltosos. Esse episódio enfureceu o alto comando das Forças Armadas. A partir daí, os poucos nomes do Alto-Exército ainda legalistas cederam à narrativa golpista. Para completar, Goulart discursou no dia 30 de março no Automóvel Clube do Brasil, da Polícia Militar do Rio de Janeiro, de modo radical.<sup>87</sup> Foi então que os golpistas, que

86 CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

havam planejado o dia 02 de abril de 1964 como data do golpe, anteciparam para o dia 31 de março.

Começava então a logística do Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil. Em 28 de março o general Olímpio Mourão, de Minas Gerais, combinou com o general Castelo Branco e ordenou a movimentação de tropas para o Rio de Janeiro. O general Guedes avançava rumo a Brasília. A expectativa naquelas horas tirava o fôlego de ambos os lados.<sup>88</sup> Houve uma última tentativa desesperada do comandante de São Paulo, general Amauri Krueel, de exigir de Jango que repudiasse veementemente o CGT e o comunismo. Ele recusou.

O apoio estadunidense, intermediado pelo embaixador Lincoln Gordon,<sup>89</sup> fornecia gasolina, querosene, suporte logístico. Se necessário, apoio efetivamente militar. Um porta-aviões foi dirigido para o litoral brasileiro com esta finalidade. Conversas com os governadores de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara já estavam adiantadas. Os EUA, porém, queriam evitar ao máximo o uso militar. Temiam a má-fama de agirem desproporcionalmente. Mas os desdobramentos de março de 1964 não significaram motivo de vergonha na narrativa estadunidense, que se viram aliviados de conseguirem efetivar o golpe militar-empresarial sem sequer utilizar suas Forças Armadas.<sup>90</sup>

Na tarde de 31 de março, curiosamente Kubitschek apelou desesperadamente para Jango solucionar a crise da seguinte maneira: nomear um ministério conservador, discursar pública e enfaticamente contra o comunismo, punição dos marinheiros revoltosos e outras medidas semelhantes. Juscelino também visava com isso as eleições de 1965, a qual ele era o principal candidato e provável vencedor. Para isto, necessitava da estabilidade político-constitucional. Goulart recusou e manteve a tática de enfrentamento. As tropas paulistas somaram-se às mineiras. Na manhã de 1 de abril Jango fugiu do Rio de Janeiro para Brasília. Lá, conversou com seu Ministro da Casa Civil, Darcy Ribeiro, e contou-lhe que lá era inseguro para ele, pois corria risco de vida. Goulart então foi para o Rio Grande do Sul às 4 horas da manhã de 2 de abril. Percebendo o terreno fértil para a consumação do golpe, houve o seguinte:

87 CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

88 CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

89 Lincoln Gordon (1913-2009) foi o embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1961 e 1966. Atuou fornecendo informações ao governo dos EUA para a orquestração do golpe civil-militar de 1964.

90 BANDEIRA, M. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Na noite de 1º de abril, Darcy Ribeiro enviou ofício ao Congresso Nacional, comunicando que Goulart viajara para Porto Alegre. Não obstante, sabendo que ele se encontrava em território nacional e não renunciara, o Senador Auro Moura de Andrade, Presidente do Congresso, convocou uma sessão extraordinária e, ao abri-la, declarou em breves minutos, violentando as normas constitucionais e o próprio Regimento Interno da Casa, a vacância do cargo, consumando-se, assim, o golpe de Estado. O Sr. Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, chegou dessa maneira ao Palácio do Planalto.<sup>91</sup>

Goulart discutiu a conjuntura política com o general Ladário Teles e Brizola que insistiu enfaticamente para organizar uma resistência, ação esta que o presidente recusou, temendo “derramamento de sangue”.<sup>92</sup> Àquela altura, já sabia que a vacância da Presidência havia sido decretada ilegalmente. Ele queria resistir, mas não via bases suficientes para tal. Foi então para São Borja, sua cidade natal. Não queria desertar do Brasil de forma alguma. Naquele decorrer, Miguel Arraes foi preso em 1 de abril em Recife pelo IV Exército, pois era um importante pilar de apoio a Goulart. Era visto como subversivo por forças opositoras. Se livre, certamente seria um apoiador do nacional-reformismo, e notável crítico do golpe civil-militar instituído. Poderia denunciar as ilegalidades operadas pelos golpistas. Posteriormente, foi liberado e exilado para a Argélia em 1965, onde ficou até 1979 com a anistia política.

Então Jango ficou até o dia 4 de abril em solo brasileiro, mas percebendo constantemente que o Exército o perseguia. Temendo risco de vida, Goulart então foi para o Uruguai, onde ficou exilado até o fim da sua vida, em 1976, quando se suspeita que foi morto por envenenamento. Praticamente não houve resistência e muito menos dificuldade para a ação golpista. Com a conquista do Estado, o bloco empresarial-militar viu seu empreendimento golpista bem-sucedido. Desorganizou as bases sociais-populistas, gestadas lentamente desde 1930, restaurou a ordem empresarial-conservadora e assegurou a proteção contra radicalismos e reformismos.<sup>93</sup>

Em 1964 a aparente intervenção militar provisória instituiu uma nova ordem que duraria 21 anos. Era um projeto antítese ao das reformas de base: defendia a ordem latifundiária, exaltava o empresariado como locomotiva econômica, excluía a participação popular, vista como potencialmente revolucionária. Somado a isso, instituíu a manutenção dos privilégios econômicos do capital associado, seja ele nacional

91 BANDEIRA, M. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 183.

92 BANDEIRA, M. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 184.

93 DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

ou transnacional. Em aspectos sociais, o salário mínimo foi instrumentalizado para decrescer, o que empobreceu a massa trabalhadora e aumentou a concentração de renda. Através do monopólio da força, coibiram qualquer reação com autoritarismo.

### **Conclusão**

O governo João Goulart na Presidência do Brasil (1961-1964) foi gerido na defesa de um projeto social-reformista, as reformas de base. Ali estavam suas diretrizes econômicas para a modernização do Brasil para o edifício capitalista primeiro-mundista.

João Goulart ambicionava entrar para história como o presidente que iria promover este empreendimento. Queria promover o maior salto da história no âmbito social, propulsor das relações econômicas, algo sempre muito carente no Brasil. Defendia superar esta estrutura atrasada, ainda com pesada argamassa colonialista. Não queria a promoção de revoluções na estrutura brasileira, apenas a já explicitada reforma social. Não foi compreendido em seu tempo; foi julgado sob óticas fantasiosas, alimentadas por um delirante discurso de perigo iminente.

O anticomunismo construído como narrativa pelo bloco reacionário nada mais é que a manutenção de uma velha ordem, em detrimento do sufocamento dos anseios das massas. A tentativa de impor o medo e, a partir disso, exercer o controle e as rédeas junto à sociedade. A elite empresarial apoiou política e propagandisticamente o golpe por sua insatisfação com as medidas de Goulart que não privilegiavam o capital, sobretudo o internacional. Isto claramente se contextualizou nos idos de 1964 e de forma semelhante em 2016, em que mais uma vez é evocado o discurso do anticomunismo, na base dos protestos que se espalharam pelo Brasil afora.

No cenário político brasileiro atual, em que o choque de narrativas suscitado a partir de junho de 2013 põe em confronto interesses de classes distintos, o discurso anticomunista aparece mais uma vez como solução de continuidade a favor dos interesses da burguesia, das oligarquias representadas pelo agronegócio e do alinhamento do Brasil ao capital neoliberal. Provocando forte influência no resultado das eleições de 2014, no impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e nas eleições de 2018, respingando ainda nas eleições de 2022.

Assim, o estudo do governo João Goulart solapado pelas Forças Armadas brasileiras em 1 de abril de 1964, tem muito a nos ensinar. O apoio de um bloco empresarial-militar e parte dos segmentos conservadores da sociedade, catalisados por



um discurso de terror a uma possível comunização do Brasil, dão a tônica das operações de tomada de poder e controle que justificaram o golpe. O forte apelo do discurso anticomunista, a ideia da segurança nacional e o combate ao inimigo interno impuseram ao país uma ditadura por 21 anos. Assim, instituiu-se o fim de uma Era Populista para uma nova ordem, que na prática, realçava as velhas estruturas: o latifúndio, as elites econômicas como dirigentes políticas do Brasil e seus privilégios, avessos a qualquer forma de participação popular.